

## Segurados são vítimas de golpe com carro roubado

Clientes de outras seguradoras, além da **Porto Seguro**, também foram vítimas de um esquema de fraude no qual acabaram sendo acusados de simular o furto ou roubo do próprio veículo. Segundo a denúncia feita pelo Ministério Público na semana passada, documentos forjados eram usados contra o segurado da Porto Seguro para evitar o pagamento da indenização. Registrados em cartório, esses documentos apontavam que os veículos tinham sido vendidos no Paraguai dias antes do roubo ou do furto.

Clientes de outras seguradoras também foram vítimas do mesmo processo, segundo a Promotoria. Mas, nesses casos, as investigações do Ministério Público concluíram que funcionários das companhias não tiveram nenhuma participação na fraude. Dois diretores e um gerente jurídico da Porto Seguro foram denunciados à Justiça na semana passada. Eles negam as acusações. Além dos clientes da Porto Seguro, segundo as investigações, foram vítimas do mesmo golpe motoristas segurados por empresas como **Hannover Internacional, Marítima, Unibanco-AIG e Finasa Seguradora** (hoje representada pela Bradesco Seguros).

Tal como no esquema que envolvia a Porto Seguro, os responsáveis por lesar os clientes das outras companhias seriam o advogado **Carlos Alberto Manfredini** e a empresa **WSN**. Ambos foram denunciados e prestavam serviços para as seguradoras. Eram contratados para checar a veracidade dos pedidos de indenização. O advogado nega as acusações e representantes da WSN não foram localizados em telefones de contato deixados na Justiça.

Na denúncia dos promotores do Gecep (Grupo de Atuação Especial e Controle Externo da Atividade Policial), consta que "Carlos Alberto Manfredini, aderindo à conduta criminosa dos dirigentes da Porto Seguro, que o contrataram, com a colaboração da empresa WSN, passou a utilizar o mesmo "modus operandi" nas outras seguradoras". A Unibanco-AIG e a Marítima não quiseram comentar o caso. A Bradesco afirmou que o advogado Manfredini prestou serviços jurídicos a Finasa do ano 2000 a 2004. A Hannover não havia ligado de volta para a redação do jornal "Folha de São Paulo" até o fechamento da edição que publicou esta matéria.

• **Investigação** - Outra unidade do Ministério Público, a Promotoria da Cidadania, instaurou ontem inquérito de improbidade administrativa (má gestão de funcionário público) para apurar eventual enriquecimento ilícito dos três delegados e do escrivão da Polícia Civil denunciados na semana passada. Segundo o promotor Túlio Tadeu Tavares, será pedida uma cópia da investigação que levou à denúncia contra os envolvidos. "Os acusados se uniram para lesar os segurados", afirmou.

Além do advogado Manfredini e dos empresários **Nanci Concílio de Freitas, Marcos Rodrigo Concílio de Freitas e Karla Concílio de Freitas**, donos da WSN (empresa que apura se há irregularidades em pedidos de pagamento de seguro de automóveis), foram denunciados o diretor do departamento jurídico da Porto Seguro, **Luiz Paulo Horta de Siqueira**, o diretor do departamento de sinistros, **Nelson Peixoto**, e o gerente do departamento jurídico, **Joel Rebellato de Melo**; os delegados **Reinaldo Correia, Enjolras Rello de Araújo e Guaracy Moreira Filho**; o escrivão **Geraldo Picatiello Júnior**. A Porto Seguro, os policiais e Manfredini negam as acusações do Ministério Público.

### • Caminhoneiro conseguiu comprovar o golpe

Processado pela Hannover Internacional Seguros (que hoje se chama HDI) sob acusação de fraude e estelionato, em 2002, o caminhoneiro Milton Felisbino Munhoz, 50, foi absolvido pela Justiça em agosto de 2004.

Ele teve dois caminhões furtados em março de 2002. Um dos veículos era segurado pela Porto Seguro, que pagou a indenização. O outro era coberto pela Hannover -que contestou o furto. O caso dele chamou a atenção da Promotoria porque, para provar sua inocência, ele mesmo fez, no Paraguai, um contrato de compra e venda de seu caminhão, furtado em São Paulo. Para não deixar dúvidas sobre a falta de credibilidade do documento, o caminhoneiro usou, no contrato, a data em que prestou depoimento sobre o caso em São Paulo, 12 de setembro de 2002. "Isso foi feito para mostrar que a documentação do Paraguai apresentada pela seguradora como prova de fraude não tem credibilidade. Qualquer pessoa pode fazê-la", disse o advogado Avalcir Galesco, que defende o caminhoneiro. A vítima até hoje não foi indenizada pela Hannover.

Em março de 2002, Munhoz teve os dois caminhões furtados em estacionamento perto do parque do Carmo, zona leste de São Paulo. "Registrei o caso no 53º DP e avisei as seguradoras. A Porto Seguro me indenizou em 30 dias.

O representante da Hannover disse que eu havia cometido fraude."

Segundo a denúncia do Ministério Público, o inquérito de fraude e estelionato contra o caminhoneiro foi instaurado no 27º DP (Campo Belo) pelo advogado Carlos Alberto Manfredini, que representava a Hannover. "Ao acionar a Hannover, fiquei 70 dias sem resposta. Um dia, recebi um telefonema para ir ao 27º DP. Lá, soube que seria indiciado. Fui chamado de ladrão pelo escrivão (Geraldo Picatiello), que me recomendou procurar o advogado Manfredini. Não fiz isso porque era um absurdo", afirmou.

O inquérito foi aberto e remetido à Justiça com o indiciamento de Munhoz. Em agosto de 2004, o juiz Julio Caio Farto Salles, do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária (Dipo), acolheu a posição do Ministério Público e arquivou o caso por falta de provas. O Ministério Público diz não haver provas do envolvimento da empresa no caso.

### • Porto Seguro vê inversão de papéis

A Porto Seguro, por meio de nota oficial divulgada na quarta passada, dia 23, afirmou estar havendo uma inversão de papéis, já que as seguradoras é que são vítimas de fraudes. A empresa disse estar perplexa com as reportagens publicadas pela Folha e Agora no dia 22 de março. A seguradora afirma ainda no texto que não tinha conhecimento sobre a denúncia do Ministério Público até o momento da publicação. A nota diz que não há interesse da seguradora em negar indenizações, pois seu trabalho se sustenta na credibilidade que nela depositam corretores e segurados.

Segundo dados da Porto Seguro, em 2004, foram indenizados 99,75% dos 249.495 sinistros reclamados, o que representou R\$ 838.781.866,71. Apenas 0,25% do número total não teria sido pago em função de irregularidades comprovadas. Por mês, a empresa informou que paga, em média, R\$ 80 milhões em indenizações a segurados de automóveis.

Para a seguradora, os números atestam que os custos para apurar fraudes são significativamente superiores para a empresa, se comparados com valores eventualmente não indenizados. A Porto Seguro conclui a nota reafirmando seu compromisso com a ética pela qual sempre foi reconhecida em sua trajetória.